

paulatina diminuição das horas semanais de trabalho a essência de todas essas mudanças a que temos assistido. O mesmo autor, em seu livro O Lazer e a Civilização Urbana, faz uma pequena síntese histórica do lazer pós Revolução Industrial, afirmando que a Revolução Industrial provocou um sistema de trabalho que admitia, por exemplo, em 1860, a média de 85 horas de trabalho, por semana, na Europa, e 70 horas, nos Estados Unidos. Entretanto, a situação, evoluindo com o próprio desenvolvimento da civilização industrial, vai restringindo de forma continuada o tempo de trabalho, em favor do tempo livre. Em 1960, a média legal de trabalho era, respectivamente, 48 e 40 horas por semana.

O resultado é a dilatação do tempo livre que é o tempo ideal para o consumo. Do ponto de vista econômico, aumenta o mercado consumidor, provocando aumento da produção, que exige, por si, a ampliação do mercado de trabalho. "... E, as massas trabalhadoras, como realidade social significativa, também se voltam para a fruição do lazer"<sup>15</sup>. Segundo o próprio autor, o lazer, praticamente inaceitável numa época de supervalorização moral do trabalho, converte-se num valor em si mesmo, o que representa uma das mais importantes modificações na história social do homem. Diz o autor que nos mais diferentes países, independentemente de ideologias ou estágios de desenvolvimento, o lazer passa a ser encarado como um valor em si.

"... Impõe-se, quer através da consciência da necessidade de criação de recursos para a sua prática, quer através da criação de entidades públicas ou particulares dedicadas

à sua promoção ou a seu estudo".  
 Quando se trata de uma sociedade urbana, o lazer surge em dimensões ainda maiores. O confinamento e o constrangimento típicos da vida urbana tornam o lazer uma necessidade cada vez mais premente. Segundo Requixa, no lazer o indivíduo procura um reencontro com aquilo que há de mais autenticamente humano. "... É uma forma de reconciliação com o mundo urbano. No lazer o indivíduo busca a alegria simples da vivência humana, o prazer"<sup>17</sup>.

## 2.2 - O LAZER E SUA AMBIGÜIDADE

Inicialmente é preciso esclarecer que a atividade de lazer em si mesma não é funcionalista ou de desenvolvimento pessoal ou social, mas o será pela atitude que o indivíduo assumir com relação às atividades decorrentes do próprio lazer.

Por outro lado, as atitudes funcionalista e de desenvolvimento pessoal ou social não se opõem de modo absoluto. Existem, sim, situações nas quais há pontos dominantes que variam de acordo com os indivíduos e as circunstâncias, obedecendo a um continuum, dependendo da sua escala de intensidade.

Nas diversas teorias de autores nacionais, encontrei abordagens funcionalistas, que manifestam a relação do lazer de maneira utilitarista e compensatória ou de desenvolvimento pessoal e social. É a partir destas manifestações teóricas que começo a entender o lazer de forma

ambígua.

Não pretendo com isso fazer rotulações maniqueístas, separando em campos estanques valores positivos e negativos. Mas, procuro buscar através do continuum uma melhor compreensão desta relação do lazer. A análise que farei a seguir é baseada em determinados aspectos, o que não implica, necessariamente, na ausência de outros não considerados.

Nas várias abordagens podemos distinguir o lazer que compensaria a insatisfação do trabalho. Nessa ótica compensatória, Reiquixa em O lazer e a civilização urbana, quando trata do relacionamento social que se processa entre os trabalhadores, deixa transparente uma visão compensatória do lazer ao dizer que "... quando as atividades de lazer exigem um componente significativo, movimentação física, elas rompem e compensam o sedentarismo característico do trabalho e da própria vida urbana"<sup>18</sup>. Ou quando faz algumas considerações sobre a qualidade do ensino para os trabalhadores:

"o lazer é um veículo de educação..Pode-se educar pelo lazer como também é importante educar-se para o lazer.Neste último caso, o próprio exercício do lazer será o melhor estímulo educativo para o próprio lazer"<sup>19</sup>

O mesmo autor em sua síntese sobre alguns aspectos do trabalho e do lazer na vida urbana, diz que "o lazer cultural compensa a pobreza cultural e a mesmice do trabalho urbano, ao mesmo tempo que transmite informações capazes de equipar o trabalhador para melhor fruir desse

mesmo lazer cultural"<sup>20</sup>. Continuando, Reiquixa diz "... assim,

através das atividades de lazer, muitos daqueles que não haviam se beneficiado de um processo educacional formal mais dilatado, podem encontrar no lazer aquela oportunidade perdida<sup>21</sup>. Du quando o autor disserta sobre os problemas urbanos que afetam a pessoa individualmente considerada e a relação que procura estabelecer com as atividades de lazer.

"... oferecem elementos que nos permitem reconhecer as importantes funções desempenhadas pelo lazer, na medida que sua prática pode significar a atenuação ou até mesmo a superação daqueles problemas apontados. Nesse sentido o lazer funciona como forma de descanso; de prevenção e recuperação psicossomática, como estímulo ao desenvolvimento da personalidade, com apoio à realização pessoal, como estímulo à iniciativa e a criatividade; e, como forma compensatória para um tipo de trabalho monótono e para um tipo de vivência limitada e artificial, própria da sociedade urbanizada e industrializada"<sup>22</sup>.

O mesmo autor, quando faz algumas sugestões para uma política de animação sócio-cultural, conclui dizendo

"... ser hoje possível conceituar a animação sócio-cultural, como o esforço de indivíduo, de diferentes grupos sociais e do Estado, para organizar uma vida social e cultural, cuja ação se deve desenvolver, particularmente, no tempo livre. Suas funções podem compreender a adaptação e a integração social, destinadas a superar os desequilíbrios e conflitos, provocados pelas transformações sociais, culturais, tecnológicas, etc"<sup>23</sup>.

Dentro dessa mesma visão compensatória, Horácio Pacheco; em Inchação Urbana, Violência, Lazer<sup>24</sup>, que tem como subtítulo - Lazer, ainda um remédio - comenta:

"... óbvio que, no quadro assim de tensões contemporâneas, vale um capítulo próprio para o lazer: velho remédio a que se deu nome, usá-lo, pois, antes de tudo, para restaurar a dignidade do homem, as mais das

vezes reduzido a subproduto mecanizado, gasto por uma produção inumana: usa-lo, ainda, como medicina social - o lazer opera, sabidamente, como diluidor de tensões, válvula de escape de angústias e fadigas do cotidiano -, usá-lo sobretudo na prevenção do que está por vir".

Numa perspectiva utilitarista do lazer, Ethel de Medeiros, em seu livro O Lazer no Planejamento Urbano,<sup>25</sup> estuda alguns resultados da recreação organizada, analisando as promoções organizadas pelas empresas particulares para seus empregados em suas mais diversas atividades de lazer (apesar do tempo e dos recursos financeiros que estas atividades exigem), e diz que estas atividades "... estão a ganhar aceitação cada vez maior, porque trazem resultados compensadores". Logo a seguir conclui:

"... a recreação organizada traz benefícios tanto em termos de desenvolvimento pessoal quanto de ajustamento ao grupo, os quais se traduzem em bem-estar individual e maior rendimento no trabalho. Ganha assim a entidade com o abrandamento dos problemas de relações entre empregados e destes com a administração, lucrando ainda com a maior estabilidade dos seus funcionários - o que lhe reduz os gastos com recrutamento, seleção e treinamento de novos

26

servidores"

Na mesma linha de pensamento, Requiça trata do lazer nos países em desenvolvimento e fala do crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos, crescimento esse que deixou atrás de si uma gama de desequilíbrios. Diz o autor:

"... parece-nos não apenas correta a colocação do tema lazer nos países subdesenvolvidos, como também válidas as especulações em torno do tema, desde que não se perca a perspectiva maior, fundamental para toda a sociedade dos países em desenvolvimento - a perspectiva da aceleração do próprio processo de crescimento econômico e de progresso

27

social"

Já na visão moralista do lazer, Inezil Marinho é ilustrativo quando diz:

"Com referência à atividade infantil, a recreação se apresenta atualmente como necessidade imprescindível para evitar que se anule a obra educativa da escola, pela influência maléfica da rua, da vizinhança e, às vezes, da própria família. Outrora a criança permanecia na escola um maior número de horas, geralmente seis ou oito, sobrando-lhe assim poucas horas de lazer, hoje a criança passa na escola apenas três, ou no máximo quatro horas, e os seus momentos de lazer foram, pelo menos duplicados. O aproveitamento das horas de lazer pela organização racional da recreação é medida, portanto, que se impõe para preservar o trabalho da escola. As crianças não se desregram nas horas de estudo ou de frequência à escola, mas justamente em suas

28

horas de folga, no abandono pelas ruas"

Na mesma visão a educadora Lenea Gaelzer, em seu livro Lazer: Bênção ou Maldição?, destaca o caráter do jovem universitário, ao afirmar: "... O caráter é suscetível de progresso pela educação. O jovem pode aprimorar o caráter como treina o músculo. O caminho é difícil, mas os resultados talvez sejam surpreendentes" . Ou quando diz que "... não é suficiente trazer os jovens para as unidades de recreação livrando-os dos males que provêm da liberdade sem orientação, mas fazê-los desenvolver um físico saudável e forte complementado de um apuro moral e espiritual"

30

Vários são os valores emitidos por diversos autores imbuídos desta visão funcionalista do lazer. Requiza caracteriza, em seu livro Lazer e a Civilização Urbana, a prática das atividades identificando duas principais decorrências, uma de preponderância individual e outra social. Ao analisar seus principais elementos na parte social, cita

como um dos pontos deste aspecto social o trabalho sócio-educativo e aborda, dentro de uma visão ampla, a essência social do trabalho. O que se pretende é que as pessoas passem a agir e a pensar, menos individualmente e muito mais em conjunto com outras pessoas tendo nas atividades de lazer um dos meios sócio-educativos, "... utilizando as atividades de lazer, nas quais participam pessoas pertencentes a diversos grupos e a diferentes camadas sociais, colocadas em igualdade de condições"<sup>31</sup>. Mais adiante, no mesmo texto, enumera uma série de benefícios que o lazer pode trazer a sociedade, através do processo sócio-educativo e diz: "... finalmente, permitem o envolvimento das diversas camadas sociais da comunidade. É tal a variada gama de atividades possíveis que se assegura a participação de pessoas pertencentes às diversas camadas sociais da comunidade"<sup>32</sup>. Ou quando o autor afirma em O Lazer nos Países em Desenvolvimento<sup>33</sup>

"... o lazer impõe-se, então, como uma contingência, uma necessidade de diversificação, a fim de que o indivíduo possa liberar ou recuperar energias perdidas ou contidas. A ruptura pode caminhar ou em direção à atividades anti-sociais, como infrações morais ou legais, ou pode ser dirigida para ocupações de lazer chamadas compensatórias. Estas podem ser atividades reais, através do esporte, jogos, viagens, etc", e conclui: "... são estes os fatores que ajudam a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas, socialmente aceitas e moralmente corretas".

.1s2

Nessa mesma visão funcionalista do lazer, Ethel

Medeiros, em "Esboço de Carta do Lazer", observa:

"As atividades de lazer podem servir à integração social dos indivíduos, porque se desenrolam em clima de alegria e participação voluntária. Ao canalizarem tensões e descargas da agressividade, contribuem para reduzir as transgressões da ordem social, funcionando como válvulas de <sup>34</sup> segurança da sociedade".

Ou quando a mesma autora sugere: "Para o bem-estar pessoal e melhor ajustamento social, é importante generalizar ao máximo a participação ativa e direta das pessoas em ocupações bem variadas de lazer - como esportes, artes, <sup>35</sup> etc".

Quando a autora desenvolve o texto sobre a exploração comercial do lazer, comenta que "... Na verdade existe uma tendência a

reduzir o lazer a simples fato econômico, perdendo-se de vista as suas conotações de satisfação do indivíduo e de ajustamento social" <sup>36</sup> .. Nessa mesma linha, em defesa do lazer

como paz social, os professores Rodrigues e Lubachewski, no texto "Lazer", falam sobre a infância e adolescência abandonadas, observando que é um desafio para os educadores a criação de lazer para elas: "... impõe-se uma política do lazer que leve a sociedade a se conscientizar de que o lazer é afirmativa de paz social" <sup>37</sup> .

Contraopondo esta visão funcionalista do lazer, alguns autores manifestam posições em relação ao lazer como desenvolvimento pessoal e social. Nessa linha de compreensão, o sociólogo Renato Requixa divide em cinco momentos estas noções de lazer. Afirma ele que em primeiro lugar, entende o lazer como uma ocupação, o que significa que o lazer não é um vazio, um não fazer. Segundo ele o lazer

"... é uma coisa em que nos ocupamos". O segundo elemento para Requiça seria a não obrigatoriedade, em que o lazer não seria apenas uma ocupação, mas uma ocupação onde não há nenhuma forma de obrigação. Segundo Requiça, o lazer resulta exclusivamente da vontade, do interesse, do desejo da pessoa, tendo, portanto, um caráter de liberdade, de autonomia. Acontece um rompimento com as obrigações que diuturnamente o indivíduo enfrenta, quer sejam as obrigações de sua vida social, quer sejam as obrigações decorrentes da sua vida familiar. "... O lazer é uma liberação de todas as obrigações, não apenas as obrigações decorrentes do trabalho cotidiano"<sup>39</sup>. Como terceiro elemento o autor coloca a

liberdade de escolha, reforçando os elementos anteriores. Diz Requiça que o indivíduo, na medida que escolhe a atividade de lazer, deverá estar optando livremente por aquela atividade, devendo ser a opção ditada pelo seu interesse, pelo seu desejo, pela sua vontade. Sendo ela naturalmente limitada em relação ao número de recursos que estão sendo colocados à disposição, diz o autor:

"... Cabe à sociedade não apenas oferecer os variados recursos para a prática das atividades de lazer mas, também, oferecer aos indivíduos elementos para que eles próprios tenham condições de discernir, entre os elementos, aqueles que mais poderão satisfazer"<sup>40</sup>.

Os valores do lazer, valor entendido aqui como algo que é considerado desejável pelas pessoas, representam o quarto elemento analisado por Requiça. Considera este valor desejável pelas pessoas, seja uma idéia, um objetivo ou uma

instituição. De modo que o valor surge como valor, a partir do momento em que o grau de estima ou grau do desejo com relação a alguma coisa, a alguma idéia, ganha uma intensidade tal que ela passa a ser encarada como algo importante, algo desejável; e conclui este quarto elemento dizendo "... que admite e que justifica até um determinado esforço para ser alcançada"<sup>41</sup>.

O desenvolvimento pessoal é entendido como uma forma de acrescentamento positivo à personalidade de cada um, diz Requiça, quando cita o quinto elemento das funções do lazer. Segundo o autor, seria o próprio desenvolvimento da personalidade na medida em que o indivíduo se libera de condicionamentos de pensamento e de ação. Diz Requiça "... A leitura de um romance, um curso de informações culturais, a leitura de um livro de cunho científico, um espetáculo de cinema ou de teatro são exemplos de atividades de lazer"<sup>42</sup>, de modo que, tanto pode ser lazer a prática de atividades esportivas, como a prática de atividades recreativas ou culturais. E conclui dizendo que o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento social são intercorrentes. "É desenvolvendo-se que o indivíduo disporá de meios para melhor compreender sua posição na comunidade, sua posição na sociedade em geral"<sup>43</sup>, finaliza o autor, afirmando que uma atividade de lazer cultural, por exemplo, pode incentivar o aperfeiçoamento técnico, o aperfeiçoamento profissional. A participação numa atividade esportiva, por exemplo, desperta no indivíduo o reconhecimento do valor de um esforço em

conjunto de pessoas, o sentido de união com os demais participantes de um grupo.

Esse processo de desenvolvimento comunitário, na visão de Requiça<sup>44</sup>, desenrola-se simultaneamente em três planos que ele assim distingue. No primeiro plano, os indivíduos recebem elementos de conhecimento e passam a dispor de melhores recursos para relacionarem-se com os outros e com o mundo. Descobrem suas próprias possibilidades, passam a pensar e a agir menos condicionadamente. No segundo plano, os indivíduos, participando da vivência de grupos sociais, conhecendo outras pessoas, vão adquirindo condições para identificarem interesses comuns ao grupo, transcendendo aos interesses meramente pessoais. Os indivíduos tomam consciência de sua existência como participantes de um grupo social composto por pessoas com interesses comuns, que podem ser canalizados para determinadas ações de natureza social.

Finalmente, Requiça coloca num terceiro plano o indivíduo que toma consciência de sua existência como integrante de uma comunidade ou de uma sociedade. Toma consciência dos problemas comunitários como sendo problemas que lhe afetam de forma direta ou indireta e predispõe-se para um tipo de ação em que tenta resolvê-los ou em que tenta encaminhar soluções para resolvê-los. Com isto os três planos desenvolvidos por Requiça representam uma ampliação progressiva de responsabilidades de ordem social, saindo da esfera da mera procura da satisfação de interesses individuais, para a consciência de responsabilidade de participante de grupos

sociais, com interesses mais amplos, quando a ação grupal refletirá os interesses maiores da comunidade, ou mesmo os interesses da sociedade.

Na medida que se permite que o indivíduo aja sobre seu meio ambiente circundante, o que acontece de certa forma através do lazer, "... está-se permitindo que ele adquira a necessária experiência no saber agir. O indivíduo terá condições de influir na organização e na utilização do meio ambiente, tornando-o, dessa forma, menos estranho para si, mais identificado com ele, mais seu"<sup>45</sup>. Ou quando o sociólogo Marcelino<sup>46</sup> propõe a chamada pedagogia da animação. Esta pedagogia da animação, de acordo com o sociólogo, aproxima-se muito do papel exercido pelos intelectuais, como na mudança intelectual e moral proposta por Antonio Gramsci, em que os animadores desenvolvem uma proposta cultural com a comunidade.

Os objetivos da política cultural proposta por Gramsci situam-se em duas frentes interligadas: uma de derrubada da ideologia dominante e outra de reconstrução. E para tanto Gramsci prega a necessidade da mudança intelectual e moral, ou, em outras palavras, uma revolução cultural.

Segundo Marcelino, a atuação dos animadores culturais engajados no movimento de democratização cultural é fundamental para atingir o objetivo proposto e anular os efeitos indesejáveis verificados tanto no plano cultural quanto no social, na apropriação do lazer. A ação, diz o autor, deve ser baseada na procura do atendimento aos interesses culturais da população, como estratégia para se

atingir o maior número de pessoas e prioritariamente os estratos carentes da população, considerando as variáveis sócio-econômicas, de sexo e faixa etária. Assim, conclui o autor: "... A superação de níveis se dará a partir da participação e através da "animação cultural", devendo funcionar como elemento de estímulo e de orientação para que o tempo de lazer se transforme efetivamente num tempo de criação e fruição da cultura popular"<sup>47</sup>.

Quando existe uma preocupação extrema com o propósito de se elevar o nível do lazer usufruído, o lazer pode vir a ser orientado por valores da ideologia dominante, "folclorizando" a cultura popular. Busco em Gramsci seu conceito de cultura popular, por não ser populista nem conformista, pois não se verifica uma imposição de modelos. Segundo ele, o folclore deve ser visto: .1s1

"... como concepção do mundo e da vida, em grande medida implícita, de determinados estratos (determinados no tempo e no espaço) da sociedade, em contraposição (também no mais das vezes implícita, mecânica, objetiva) com as concepções do mundo oficiais (ou, em sentido mais amplo, das partes cultas das sociedades historicamente determinadas), que<sup>48</sup>

se sucederam no desenvolvimento histórico". Assim, o folclore, como cultura popular, "... não deve ser concebido como algo bizarro, mas como algo muito sério e que deve ser levado a sério"<sup>49</sup>. O papel do intelectual com relação ao folclore é o de manter uma postura crítica. Em Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Gramsci cita os serviços públicos intelectuais:

"... além da escola, nos vários níveis, que outros serviços não podem ser deixados a iniciativa privada, mas - numa sociedade moderna - devem ser assegurados pelo Estado e pelas entidades locais, o teatro, as bibliotecas, os museus, os jardins

zoológicos, os hortos florestais, etc"<sup>50</sup>  
Considero estas atividades inseridas nas várias atividades culturais do lazer. E Gramsci observa que:

"... precisamente estes serviços são quase inteiramente negligenciados por nós: um exemplo típico são as bibliotecas e os teatros. Os teatros existem na medida em que são um negócio comercial - não são considerados serviços públicos. É um fato a

escassez do público teatral"<sup>51</sup>  
Dada a importância que Gramsci atribui a essas atividades para a sociedade, enfatiza: "... Estes elementos devem ser estudados como nexos nacionais entre governantes e governados, como fatores de hegemonia" - e afirma que beneficência é elemento de paternalismo, serviços intelectuais são elementos de hegemonia, ou seja, de democracia no sentido moderno"<sup>52</sup>

O sociólogo Requiña<sup>53</sup> em um de seus textos desenvolvidos sobre os valores inerentes as ocupações de lazer, coloca como vivência de tais valores que poderá vir a propiciar condições de desenvolvimento pessoal e de desenvolvimento social. Quando o autor refere-se a desenvolvimento pessoal, que pode ser entendido como um acrescentamento positivo à personalidade de um indivíduo. Cita o sociólogo, que o indivíduo, através da prática de uma atividade de lazer, é capaz de adquirir novos conhecimentos que lhe permitem uma compreensão diferente daquela que tinha, até então, a respeito de determinados fenômenos. Essa compreensão diferente poderá impulsioná-lo a uma nova atitude

frente aquele fenômeno. Conforme coloca o autor:

"...poderia sua antiga atitude ser já condicionada. Ele, então, liberou-se desse condicionamento e alargou sua compreensão do mundo. Pode-se dizer, com isso, que as atividades de lazer fomentando novas atitudes em face da sociedade estão, ao mesmo tempo, suscitando o desenvolvimento da personalidade".

E afirma o autor dizendo que as atividades de lazer oferecem ocasião para que as pessoas externem suas faculdades criadoras, - "... que as atividades de lazer exercem a função de encaminhadores, através do qual ele também (indivíduo), pode encontrar o sentimento de prazer e pela descoberta da fruição desses valores"<sup>54</sup>.

Concluindo o sociólogo coloca que não se pode distinguir com muita exatidão até que ponto determinada atividade tem condições de prover a um desenvolvimento puramente pessoal ou até que ponto o desenvolvimento é meramente pessoal. Este comentário feito pelo autor se deve ao fato de que em certo momento do texto ele aborda também o desenvolvimento social do indivíduo:

"... de qualquer sorte, toda à atividade que acrescente alguma coisa ao indivíduo estará permitindo-lhe, não apenas o enriquecimento pessoal, mas certamente estará propiciando-lhe condições para reconhecimento de suas responsabilidades sociais"<sup>55</sup>.

### 2.3 - O LAZER EM NOSSAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS

As duas primeiras Constituições Brasileiras, a de 1824 e a de 1891 - esta um pouco menos que aquela - albergaram o situacionismo econômico e social. Procuraram manter o status

quo . Somente a Constituição de 1934 - forçada pelas doutrinas e jurisprudências internacionais, inclusive o disposto pelo Tratado de Versalhes que indiscutivelmente emancipou o Direito do trabalho nascente - foi que iniciou, com o disposto nos artigos 120 e 121, a proteção social do trabalhador, na cidade e nos campos, assegurando-lhes, pelo menos no papel, uma série de prerrogativas e vantagens nunca antes sonhadas. Desde então, o Estado - forçado por imperativos mais internacionais que nacionais - começou a refrear a ganância do liberalismo ultrapassado para inaugurar uma nova política trabalhista, consentânea com o novo mundo. Infelizmente a demagogia de alguns prejudicou vários aspectos dessa nova política que era um verdadeiro imperativo categórico. A carta de 1937 acompanhou o terço do eixo germânico-italiano, com um conteúdo fascista, interferindo ainda mais na ordem econômica e social, forçando um estado de coisas que foi chamado de nova ordem . O artigo 136 dessa carta imposta à nação rezava: "O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solícitude especiais do Estado", mas, logo em seguida, no artigo 139, dizia: "A greve e o Lockout são declarados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional". Isto, só porque Hitler e Mussolini assim também agiam.

Sociologicamente, o chamado Estado Novo travou o desenvolvimento nacional desestruturando a diligência mental do homem e produzindo percepções dissimuladoras da realidade e do tempo, principalmente entre as massas, muito embora

acenasse com a elevação do conceito de trabalho e até começasse a criar um clima - infelizmente ilusório e demagógico a favor do lazer.

A Constituição de 1946, promulgada logo após a II Guerra Mundial, com a vitória dos aliados (que teve também a participação não podia ficar alheia aos princípios da Carta Universal, que garantiu ao homem os chamados direitos humanos. O artigo 145 diz: "A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna" e, no artigo 157, frisa que a legislação do trabalho e da previdência social garantiriam, em dezessete itens bem objetivos, a melhoria da condição dos trabalhadores e do trabalho manual, técnico ou intelectual. O direito ao lazer cresceu, indiretamente, ainda mais nesta Constituição. Em pouco menos de duas décadas o país se viu obrigado a promulgar uma nova Constituição, a de 1967, que no artigo 157 procurou valorizar ainda mais o trabalho "como condição da dignidade humana". No artigo 158, em vinte e um itens bem específicos, o lazer conquistou maiores vantagens, caminhando para uma maior democratização, ao menos em termos de mais acessibilidade do lazer ao trabalhador, aos seus familiares e a um número cada vez maior de pessoas. Os itens VI, VII, VIII, XIII, XIX e XX focalizam a jornada de "trabalho não excedente de 8 horas, com intervalo para descanso"; o "repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local"; as "férias anuais remuneradas"; a "estabilidade ou fundo de garantia" e a "previdência social". Todos esses itens constituem o

embasamento legal do lazer.

Estes mesmos princípios vamos encontrar na sétima Constituição brasileira, promulgada em 1969, através do artigo 165. Inclusive, no item V deste mesmo artigo, encontramos a discutida participação nos lucros das empresas e o princípio da chamada co-gestão. Aliás, a participação, através da contratação coletiva de trabalho, já é praticada em muitos países, com bastante êxito e vem incentivar ainda mais a poupança e o lazer, mesmo porque este e aquela estão intimamente ligados. O poder aquisitivo é uma das variáveis como fator para usufruir de um razoável lazer.

A Constituição de 1988 tem toda uma atenção especial para com a criança e para com o adolescente. O artigo 227, que trata dos direitos da criança e do adolescente, já foi chamado de extraordinário e seminal. E, de fato, ele é exatamente isto. Nenhum outro dispositivo constitucional condensa de forma tão perfeita um elenco de tantas e tão significativas conquistas em favor de um segmento.

Em primeiro lugar vale a pena ressaltar que os direitos da criança e do adolescente elencados em seu caput são definidos como dever da família, da sociedade e do Estado, devendo ser assegurados com prioridade absoluta a seus destinatários. Aqui, estamos diante do único tema da Carta Magna ao qual o legislador constituinte conferiu a máxima prioridade, a prioridade absoluta.

Se observarmos a estrutura do caput do artigo 227, veremos que ali existem dois grupamentos de direitos das crianças e adolescentes e de deveres da família, da sociedade

e do Estado. O primeiro diz respeito a direitos que devem ser promovidos: "o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária". O segundo agrupa situações em relação às quais a criança e o adolescente devem ser defendidos, situações das quais devem ser colocados a salvo, como "toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Assim, o artigo 227 define as bases de uma nova política: a política de promoção dos direitos e defesa da criança e do adolescente.

A política de promoção dos direitos da criança e do adolescente tem caráter amplo e difuso. Suas obrigações e responsabilidades se dividem por um enorme elenco de políticas públicas e iniciativas privadas e comunitárias, envolvendo um grande número de políticas, órgãos, programas e ações.

#### A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Caput do art. 227)

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito:

- à vida
  - à alimentação
  - à educação
  - ao lazer
  - à profissionalização
- PROMOÇÃO DE DIREITOS

- à cultura
- à dignidade
- ao respeito
- à liberdade
- à convivência familiar e comunitária

Além de colocá-los a salvo de toda forma de:

- negligência
- discriminação
- exploração
- violência
- crueldade
- opressão

DEFESA DE  
DIREITOS

Isto significa que a criança e o adolescente já não poderão ser tratados como objetos passivos da intervenção da família, da sociedade e do Estado. A criança/adolescente tem direito ao respeito e à liberdade e este é um dado novo que em nenhum momento ou circunstância poderá deixar de ser levado em conta.

É interessante observar que, antes, a população organizada era convocada a participar apenas da execução das ações (via mutirão, promoções, por exemplo). Agora, pela Nova Carta, a cidadania está chamada a participar de atos até aqui privativos dos dirigentes políticos, dos homens do

Estado, como a formulação das políticas e o controle das ações em todos os níveis.

Com o avanço constitucional e com a criação do estatuto em favor da criança e do adolescente, também no que se refere ao lazer, estaria hoje a Juventude de Rio Branco se beneficiando destes avanços constitucionais, tendo mais acesso e mais tempo dedicado às atividades de lazer, independente do nível sócio-econômico?

A partir desta interrogação, procuro verificar no próximo capítulo as hipóteses: geral e específicas. Nele procurarei analisar o tempo e o acesso nas diversas atividades de lazer, bem como as modalidades praticadas pelos alunos matriculados no ensino de segundo grau das escolas da rede pública de Rio Branco-Acre, que utilizo como amostra indicativa..pa

#### NOTAS

1. posição defendida por David Riesman - A multidão solitária, p.54.
2. posição defendida por Joffre Dumazedier - Lazer e cultura popular, p.30.
3. Analisa o aspecto "tempo" no lazer, no artigo - Lazer: um novo tempo, Reflexão, 8(27): 77-91.
4. Nelson Carvalho Marcelino, define no livro - Lazer e Humanização, p.44.
5. Lazer e cultura popular de Joffre Dumazedier, p.28.
6. Ibid., p.29.

7. Antonio Gramsci, *Literatura e vida nacional*, p.186.
8. *Ibid.*, p.205.
9. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, p.152.
10. *Ibid.*, p.153.
11. *Lazer e Humanização*, p.13.
12. *Trabalho, Lazer e Educação - Problemas Brasileiros*, São Paulo, no 87, p.10-3, nov. 1970.
13. Renato Requixa - *Boletim de Intercâmbio*, R.J., 18-24.
14. *Ibid.*, p.25.
15. *Boletim de Intercâmbio*, R.J., 20-71.
16. *Ibid.*, p.72.
17. *Id.*, *Ibid.*, p.72.
18. *O Lazer e a Civilização Urbana*, p.81.
19. *Id.*, *Ibid.*, p.81.
20. *Id.*, *Ibid.*, p.83.
21. *Id.*, *Ibid.*, p.83.
22. *Id.*, *Ibid.*, p.83.
23. Renato Requixa - *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*, p.93-4.
24. *Boletim de Intercâmbio*, 2(6): 19.
25. p. 156.
26. *Ibid.*, p.157.
27. Renato Requixa - *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*, p.32-3.
28. *Educação Física, Recreação e Jogos*, São Paulo, CIA. Brasil Editora, 1981.
29. p.21.

30. Ibid., p.84.
31. p.90.
32. Ibid., p.91.
33. Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer, p.47.
34. O Lazer no Planejamento Urbano, p.132.
35. Ibid., p.134.
36. Id., Ibid., p.160.
37. Lazer. Boletim de Intercâmbio, (20).25.
38. Boletim de Intercâmbio (20) p.25.
39. Ibid., p.26.
40. Id., Ibid., p.26.
41. Id., Ibid., p.26.
42. Id., Ibid., p.27.
43. Id., Ibid., p.27.
44. O Lazer e a Civilização Urbana, Boletim de Intercâmbio, Rio de Janeiro, 20.93, dez. 1974.
45. Ibid., p.94.
46. Nelson Marcelino - Lazer e Humanização, p.74-5.
47. Ibid., p.79.
48. Literatura e vida nacional, p.205.
49. Ibid., p.186.
50. p.152.
51. Os Intelectuais e a organização da cultura, p.153.
52. Ibid., p.153.
53. Texto publicado em Problemas Brasileiros, São Paulo, nº 97, p.31-40, set. 1971.
54. Ibid., p.43.

55. id., ibid., p. 48

## CAPÍTULO III

### 3. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

#### POPULAÇÃO E AMOSTRA INDICATIVA

Foi escolhida uma população que tivesse certas características comuns bem definidas, e que, ao mesmo tempo, não fosse demasiado ampla. Isto por razões de ordem prática, já que não seria possível trabalhar com todos os jovens de Rio Branco, devido à falta de tempo e de recursos materiais e humanos. Por outro lado, o fato da população ser relativamente pequena, não afetaria os resultados da pesquisa, uma vez que não se pretende extrapolar as conclusões deste trabalho a outros campos. Assim foi escolhido como amostra indicativa os alunos matriculados, no 2º semestre de 1989, do ensino de 2º grau, nas escolas da rede estadual da cidade de Rio Branco - Acre.

Conforme relação fornecida pelo Departamento de Estatísticas da Secretaria de educação do Estado do Acre, no mes de agosto de 1989, são cinco as escolas da cidade que proporcionam ensino a esse nível:

- 1- Colégio Estadual de Rio Branco
- 2- Colégio Acreano
- 3- Instituto de Educação Lourenço Filho
- 4- Colégio Prof. José Rodrigues Leite

#### 5- Colégio Neutel Maia

O número de alunos matriculados nessas escolas, no 2º semestre de 1989, foi de 4476, de ambos os sexos, distribuídos em 158 turmas, segundo as informações oferecidas pelo mesmo órgão.

Foi projetada uma amostra correspondente a 10% da população. Não foi possível sortear os alunos caso por caso, devido a dificuldade de ordem administrativas apresentadas nos diferentes centros, já que esse método de amostragem implicaria numa grande alteração dos horários escolares e das aulas.

Optou-se então por formar a amostra indicativa pelo sistema de conglomerados, mediante o sorteio de turmas sem reposição. Assim sortearam-se em cada escola as turmas necessárias para alcançar o número de alunos correspondentes a 10% da população. As turmas correspondiam aos três turnos de manhã, tarde e noite.

Uma vez que era preciso utilizar as turmas completas, apresentou-se o problema de o número de alunos não coincidir exatamente com a amostra projetada em cada Escola. Nesses casos sorteou-se uma turma a mais, contando também com que poderia haver ausências e respostas inutilizadas, procurando desse modo que a amostra não ficasse abaixo da proporção desejada.

Deste modo se obteve uma amostra de 509 alunos, aproximadamente 11,3% da população, aos quais foi aplicado um questionário para obtenção dos dados necessários à

pesquisa. Após uma apuração inicial dos questionários foram desprezados os que não estavam devidamente respondidos (correspondentes a 55 alunos, isto é, 11% da amostra inicial). A amostra definitiva ficou constituída por 454 alunos equivalentes a 10,14% da população, dos quais 200 eram do sexo masculino e 254 do sexo feminino.

É apresentada a seguir a distribuição da população e da amostra por escolas (quadro 1).

Quadro 1 - População, amostra indicativa projetada e real, conforme as Escolas.

ESCOLAS	POPULAÇÃO	AMOSTRA PROJETADA		AMOSTRA REAL	
		f	%	f	%
1- Colégio Estadual de Rio Branco	1.203	120	10	135	11,22
2- Colégio Acreano	702	70	10	72	10,25
3- Instituto E. Lourenço Filho	1.003	100	10	105	10,47
4- Colégio Professor José R. Leite	938	94	10	72	7,67
5- Neutel Maia	630	63	10	70	11,11
TOTAL	4.476	447	10	454	10,14

Feita a validação da amostra indicativa quanto à distribuição por escolas, pela frequência percentual, verificou-se ser ela representativa da população.

Também foi verificada a representatividade da amostra

indicativa, quando considerada em relação ao sexo, achando  
significante (quadro 2).

Quadro 2 - População e amostra conforme sexo.

SEXO	POPULAÇÃO	AMOSTRA	
		f	%
Masculino	2.054	200	9,74
Feminino	2.422	254	10,49
TOTAL	4.476	454	10,14

UFU/DREBI/SEBEP  
SERVIDOR DE BIBLIOTECA EDUCACIONAL

Numa etapa posterior, analisamos os questionários e, de acordo com os critérios sexo e nível sócio-econômico foram estabelecidos na amostra indicativa seis grupos:

- 1- alunos de nível sócio-econômico baixo, sexo masculino
- 2- alunos de nível sócio-econômico baixo, sexo feminino
- 3- alunos de nível sócio-econômico médio, sexo masculino
- 4- alunos de nível sócio-econômico médio, sexo feminino
- 5- alunos de nível sócio-econômico alto, sexo masculino
- 6- alunos de nível sócio-econômico alto, sexo feminino

INSTRUMENTO

## ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Foi elaborado inicialmente um questionário a fim de se obter informações a respeito das variáveis que seriam analisadas na pesquisa:

- sexo dos alunos
- nível sócio-econômico dos alunos
- tipo de atividades de lazer

O questionário, que foi anônimo, constava de: uma introdução, o conjunto de perguntas e uma folha de respostas.

Na introdução se explicava de um modo geral o fim da pesquisa, e se davam instruções para o preenchimento do questionário.

Das perguntas, as quatro primeiras se referiam a dados gerais: série e grau que o aluno está cursando, idade e sexo. Apenas as informações relativas a esta última seriam consideradas, tendo as três anteriores como objetivo familiarizar o aluno com a tarefa que lhe era solicitada, isto é, o preenchimento do questionário. As sete seguintes (da 5ª a 11ª inclusive) iam dirigidas à determinação do nível sócio-econômico, e o resto do questionário se referia diretamente ao lazer. Estas duas últimas partes serão estudadas a seguir:

Para a determinação do nível sócio-econômico tomou-se

como base o "esquema de caracterização sócio-econômica", de Maria Laís Mousinho Guidi e Sérgio Guerra Duarte<sup>1</sup>, que apresenta seis indicadores de status:

- ocupação do pai ou responsável masculino
- nível de instrução do pai ou responsável masculino
- nível de instrução do mãe ou responsável feminino
- área residencial
- tipo de moradia
- conforto doméstico

Este esquema foi considerado neste trabalho como sendo mais completo do que aqueles baseados exclusivamente nas escalas ocupacionais, por acrescentar a estas alguns dados importantes. Com efeito, as escalas só levam em conta o nível ocupacional do(s) pai(s). Mas este indicador, com freqüência, é bastante impreciso e incompleto, já que, dada a grande variedade de ocupações, nem sempre é fácil situar o respondente dentro da escala ocupacional; e por outro lado, pessoas que têm uma mesma ocupação podem ter níveis de vida diferentes. A partir daqui surgiu a necessidade de outros indicadores que permitissem ter uma visão mais completa e corrigir os possíveis erros decorrentes de uma informação parcial.

O nível ocupacional da mãe ou responsável feminino foi considerado unicamente naqueles casos em que falta o pai ou quando o nível deste é mais baixo do que o da mãe. Nos demais casos, esta informação (pergunta nº 5 do questionário) foi desprezada, por se achar que ela não

permite tirar nenhuma conclusão definitiva quanto à situação familiar. Com efeito, o fato de a mãe ter um trabalho fora do lar, tanto pode indicar uma necessidade econômica da família como todo o contrário. Pois, se por um lado, o trabalho remunerado da mãe aumenta a renda familiar, pode por outro lado, em muitos casos, fazer com que aumentem as despesas, ao exigir pessoal de serviço que atenda as necessidades da casa, cuidados dos filhos, etc. Do mesmo modo, o fato de não trabalhar pode significar tanto uma posição econômica elevada como uma situação que não permite a incorporação da mulher ao trabalho.

A cada pergunta seguiam-se cinco possíveis respostas, com um valor de um a cinco pontos cada uma. A relativa ao nível ocupacional do(s) pai(s) foi avaliada tomando como critério a hierarquização das profissões estabelecida no mencionado Esquema e que é apresentada no anexo 2.

De acordo com o total de pontos obtidos, o respondente foi classificado conforme esta escala:

de 6 a 15 pontos - baixo.

de 16 a 21 pontos - nível sócio-econômico médio.

de 22 a 30 pontos - nível sócio-econômico alto.

Os cinco níveis que aparecem no "Esquema de caracterização sócio-econômica" anteriormente citado, foram reduzidos a três, unificando os níveis 1 e 2 no chamado "baixo" e o 4 e 5 no "alto", chamando ao 3 nível médio. Deste modo pensou-se ter conseguido um instrumento que

apesar de todas as limitações que um questionário deste tipo apresenta, permitisse, no entanto, julgar todos os elementos da amostra indicativa e classificá-los seguindo um mesmo critério.

A última parte do questionário visava recolher informações sobre o lazer. Foi apresentada aos alunos uma lista de possíveis atividades de lazer, pedindo que cada um marcasse aquelas que ele costuma realizar habitualmente, fora do horário escolar e de suas obrigações, durante o ano escolar (sem incluir as férias).

Depois, o aluno devia indicar quantas horas dedicava, aproximadamente para realizar cada uma das atividades marcadas, durante a semana. E ainda, o motivo pelo qual realizava essas atividades, conforme um código dado. Com isto se pretendia ter mais um dado para garantir a diferença entre as atividades de lazer propriamente e outras (trabalho, semi-lazer), de acordo com a definição dada<sup>2</sup>.

As várias modalidades dessa lista foram posteriormente agrupadas em cinco tipos de atividades conforme classificação de Dumazedier: físicas, estéticas, manuais, intelectuais e sociais. Com esta hierarquização se possibilitou verificar o acesso dos pesquisados nas várias atividades de lazer, verificando o tempo e tipo de atividades desenvolvidas, conforme o sexo e nível sócio-econômico.

Antes da aplicação definitiva, foi feito um pré-teste do questionário, aplicando-o a duas turmas do Colégio Estadual de Rio Branco, num total de 68 alunos de ambos os

sexos.

O pré-teste foi realizado no mes de outubro de 1989, e as turmas que responderam ao questionário nesta ocasião não entravam no sorteio da amostra.

Analisando o questionário aplicado no pré-teste, achou-se necessário introduzir nele as seguintes modificações:

- na introdução, duas das três perguntas que serviam de exemplo no questionário inicial foram suprimidas, ficando ele reduzido a uma pergunta só.

Observou-se que esta era suficiente para os alunos compreenderem as instruções e que as outras, em vez de esclarecer, dificultavam o preenchimento, porque freqüentemente eles confundiam o exemplo com as perguntas propriamente ditas do questionário.

- na pergunta nº 10 (características físicas da moradia), no último item relativo ao número de cômodos, acrescentou-se: "contar apenas os quartos e as salas)", pois os alunos não tinham idéia clara sobre o que deviam contar como tal.

- na lista de atividades, acrescentou-se correr/caminhar, visita ao horto florestal, ir ao rio/piscina e assistir futebol, que não figuravam inicialmente e foram mencionados pelos alunos no pré-teste.

- a folha de respostas foi totalmente reformulada. A

distribuída no pré-teste apresentava um modelo de horário semanal, com espaços em branco para cada dia da semana. Esses espaços deveriam ser preenchidos pelos alunos de acordo com as atividades que eles costumassem realizar. Mas viu-se que esta era uma tarefa complexa demais e até confusa, já que uma folha de respostas assim não permitia uma diferenciação de atividades ao longo das semanas.

Feitas estas modificações chegou-se ao questionário definitivo, que é apresentado no anexo 1.

## APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

A aplicação foi coletiva, em turmas cujo número de alunos variava entre 20 e 45. Realizou-se nas salas de aula de cada turma, em horário cedido pelos professores. Os alunos demoraram de 40 a 60 minutos para preencher os questionários. Não se observou, em nenhum momento, qualquer resistência a respondê-los. Pelo contrário, eles colaboraram com todo o interesse.

A aplicação foi realizada durante os meses de outubro/dezembro de 1989, com a ajuda de dois aplicadores.

Os aplicadores tinham sido reunidos com anterioridade para tomar conhecimento do conteúdo e estrutura do questionário e receber as normas para sua aplicação.

## ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Uma vez acabada a aplicação, procedeu-se à análise dos questionários, separando aqueles que estavam incompletos (55 questionário, isto é, 11% dos aplicados).

A determinação do nível sócio-econômico de cada aluno (1ª parte do questionário) foi feita por computador.

A contagem de horas dedicadas a cada tipo de atividades de lazer (correspondente à 2ª parte do questionário) exigiu uma tarefa prévia: a classificação dessas atividades nos cinco grupos que iriam ser considerados na pesquisa (físicas, manuais, estéticas, intelectuais e sociais).

Esta classificação não deveria responder a um critério

exclusivamente individual, pois poderia ser subjetiva demais, nem à opinião dos próprios respondentes, já que nesse caso, cada questionário seria julgado com um critério diferente. Optou-se então por pedir a um corpo de juízes, formado por três especialistas em Educação Física, que classificassem as atividades apresentadas numa lista, de acordo com a propriedade que achassem ser dominante em cada atividade.

Esta tarefa foi realizada uma vez terminada a aplicação dos questionários, e as atividades foram as mesmas que tinham sido apresentadas aos alunos.

A solicitação feita aos especialistas para realização deste trabalho, assim como as respostas por eles dadas, aparecem no anexo 3.

Tabuladas as respostas dadas pelos juízes, pudemos formar estes grupos:

#### **ATIVIDADES FÍSICAS:**

- andar de bicicleta
- montar a cavalo
- participar de atividades esportivas, assim como futebol, voleibol, etc....
- realizar passeios ou excursões a pé ou de carro
- ir ao rio/piscina
- fazer ginástica
- assistir futebol
- fazer natação

- correr/caminhar
- visita ao horto florestal

#### ATIVIDADES MANUAIS:

- pintar
- decorar
- fazer tapeçaria
- tocar algum instrumento musical: violão, piano, flauta, etc....
- representar uma peça de teatro
- assistir ao teatro
- assistir cinema
- assistir televisão

#### ATIVIDADES INTELECTUAIS:

- inventar ou montar aparelhos
- jogar baralho ou xadrez
- consultar bibliotecas
- assistir a conferências
- ler livros, jornais e revistas

#### ATIVIDADES SOCIAIS:

- reunir com amigos
- realizar visitas a parentes ou amigos
- participar em atividades sociais: festas, clubes, etc....

A partir dessa classificação, foi feita a contagem de horas dedicadas por cada aluno a cada tipo de atividades de lazer, pelo processo de computador e foram reunidos os dados relativos à 1ª parte do questionário com os desta 2ª parte.

#### TRATAMENTO ESTATÍSTICO

As respostas correspondentes à primeira parte do questionário (caracterização da amostra quanto ao sexo e nível sócio-econômico) foram tabuladas mediante computador. As distribuições de frequência e percentagem são apresentadas no quadro 3, página 69.

Os dados que dizem respeito à segunda parte do questionário (número de horas semanais dedicadas a cada tipo de atividades de lazer e ao conjunto de todas elas) são apresentadas de forma global nos quadros 4 e 5, páginas 74 e 78. Para que pudesse ter maiores informações quanto ao tempo dedicado em suas diversas atividades de lazer, com relação ao sexo e nível sócio-econômico, realizarei a análise das médias do tempo de lazer, que estão demonstrados nas hipóteses de 1 a 6. Posteriormente, farei a análise de frequência percentual usando os dados relativos à amostra indicativa em seus diversos níveis sócio-econômico, em ambos os sexos, comparando duas a duas as atividades de lazer em pares de variáveis, procurando analisar as diversas

modalidades praticadas pelos pesquisados.

Pares de variáveis:

- 1- atividades físicas - atividades manuais
- 2- atividades físicas - atividades estéticas
- 3- atividades físicas - atividades intelectuais
- 4- atividades físicas - atividades sociais
- 5- atividades manuais - atividades estéticas
- 6- atividades manuais - atividades intelectuais
- 7- atividades manuais - atividades sociais
- 8- atividades estéticas - atividades intelectuais
- 9- atividades estéticas - atividades sociais
- 10- atividades intelectuais - atividades sociais

Esta análise permitiria verificar as hipóteses específicas formuladas em cada grupo de sujeitos (isto é, conforme o sexo e o nível sócio-econômico) e no conjunto de todos eles, com base em todas as informações.

### 3.1- ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Quanto aos resultados da primeira parte do questionário (caracterização dos informantes) os 454 alunos que compõem a amostra se distribuem conforme o seguinte quadro:

Quadro 3 - Amostra conforme o sexo e o nível sócio-econômico

SEXO	NÍVEL SÓCIO-ECONÓMICO							
	Baixo		Médio		Alto		TOTAL	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Masculino	15	7,50	89	44,50	96	48,00	200	100,00
		30,00		39,56		53,63		44,05
Feminino	35	13,78	136	53,54	83	32,68	254	100,00
		70,00		60,45		46,37		55,95
TOTAL	50	11,02	225	49,56	179	39,42	454	100,00
		100,00		100,00		100,00		100,00

\* % em relação ao sexo

\* % em relação ao nível sócio-económico

Observa-se que, no sexo masculino, a percentagem de alunos é maior no nível alto (48,00%), seguida do nível médio (44,50%) e do baixo (7,50%), enquanto que no feminino, a percentagem é maior no nível médio (53,54%) seguida do alto (32,68%) e do baixo (13,78%).

Observou-se também que, dos alunos de nível sócio-económico baixo, 70% pertence ao sexo feminino e apenas 30% pertence ao masculino. No nível médio continua sendo maior o número de alunas do que de alunos. Porém, no nível alto, a percentagem é maior no sexo masculino do que no feminino.

Com estes dados percentuais que acabamos de verificar, algumas interrogações começam a surgir: Porque nos níveis sócio-económico baixo e médio a menor % de alunos pertence ao sexo masculino? seria devido a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho? Procurarei abordar este aspecto mais adiante.